

*Handwritten signature and text:*  
Handwritten signature  
7001/2013

## **CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DAS FLORES E A JUNTA DE FREGUESIA DA FAJÃ GRANDE**

### **Nota Justificativa**

A descentralização administrativa, que visa a aproximação das decisões aos cidadãos, a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade de serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, concretiza-se através da celebração de acordos de delegação de competências entre os municípios e as juntas de freguesia.

Deste modo e considerando que:

- a) A lei nº 75/2013, de 12 de Setembro de 2014, estabelece um novo regime jurídico das autarquias locais e da transferência de competências;
- b) Nos termos da alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da mesma Lei, a Câmara Municipal submete à Assembleia Municipal, para efeitos de autorização (conforme o disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º, ainda da citada Lei), a celebração de contratos interadministrativos de delegação de competências nas Juntas de Freguesia, onde figurem expressamente as competências delegadas e os recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e suficientes ao seu exercício;
- c) Os órgãos dos municípios podem delegar competências nos órgãos das freguesias, conforme o disposto no n.º 2 do artigo 117.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e essa delegação depende de aprovação dos órgãos representativos da freguesia, a qual se consubstancia com observância do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 16.º e na alínea g) do n.º 1 do artigo 9.º da referida Lei;
- d) Conforme o determinado no artigo 120.º da supracitada Lei, os municípios concretizam a delegação de competências nas freguesias

d. i. p.  
30/12/13

através da celebração de contratos interadministrativos que abrangem todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das actividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;

- e) Os documentos previsionais económicos e orçamentais para o ano de 2014, aprovados em Assembleia Municipal de 6 de Dezembro de 2013 incluem um reforço dos meios financeiros para a área da Coesão Territorial, da descentralização e de cooperação com as Juntas de Freguesia;
- f) A proposta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências da Câmara Municipal foi aprovada em reunião de 10 de ABRIL de 2014 e autorizada pela Assembleia Municipal na sessão de 29 de 04 de 2014 ;
- g) A proposta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, apresentada pela Junta de Freguesia de ~~FAJÁ GRANDE~~ em reunião realizada em 20 de 01 de 2014, foi aceite e ratificada pela Assembleia de Freguesia em sessão de 30 de 04 de 2014.

É celebrado e aceite sem reservas o presente contrato interadministrativo de delegação de competências entre:

A CÂMARA MUNICIPAL DAS LAJES DAS FLORES, representada pelo seu Presidente Luís Carlos Martins Maciel,

E

A JUNTA DE FREGUESIA DA FAJÁ GRANDE, representada pelo seu presidente José Antunes da Costa Serpa,

É estabelecido o presente contrato que se rege pelas disposições a seguir exaradas:

*Handwritten signature and initials in the top right corner.*

**Cláusula Primeira**  
**(Enquadramento legal)**

A celebração e execução do presente contrato, rege-se pelo disposto na Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e, subsidiariamente, pelo Código dos Contratos Públicos e Código do Procedimento Administrativo

**Cláusula Segunda**  
**(Objeto)**

1. É delegada na Junta de Freguesia a prática de todos os atos necessários ao exercício das competências descritas na cláusula quinta do presente contrato.
2. À Junta de Freguesia passa a caber a responsabilidade e a prossecução das atividades abrangidas nas áreas de atuação delegadas.

**Cláusula Terceira**  
**(Poder de Avocação)**

O disposto em qualquer das cláusulas do presente contrato, não prejudica o exercício do poder de avocação da competência delegada, nos termos do disposto no número 2, do artigo 39º, do Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro (Código do Procedimento Administrativo).

**Cláusula Quarta**  
**(Deveres da Junta de Freguesia)**

1. Organizar e manter em pleno funcionamento os serviços e atribuições que lhe são delegadas.
2. Cumprir integralmente as competências objeto de delegação no presente contrato.
3. Respeitar toda a legislação em vigor, bem como os regulamentos municipais quando aplicáveis.
4. O cumprimento integral das disposições previstas nas cláusulas nona e décima do presente contrato.



*Handwritten signature and initials in blue ink.*

**Cláusula Quinta**  
**(Competências Delegadas)**

1. A Câmara Municipal e a Junta de Freguesia concretizam a delegação de competências em todos os domínios dos interesses próprios das populações.
2. A natureza e o tipo de competências delegadas obedecem a princípios de intangibilidade das atribuições municipais, de prossecução do interesse público, de continuidade da prestação do serviço público e de necessidade e suficiência de recursos.
3. São delegadas na Junta de Freguesia as seguintes competências materiais e funcionais:
  - a) Manutenção da rede de abastecimento de água para uso pecuário;
  - b) Reparação manutenção de diversos parques de retenha de animais;
  - c) Arranjos de capeados das ruas municipais na freguesia.

**Cláusula Sexta**  
**(Recursos Financeiros)**

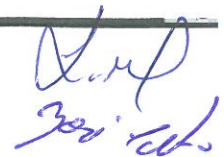
1. A Câmara Municipal transfere para a Junta de Freguesia para financiamento das competências delegadas o montante de 4.000,00€ (quatro mil euros).
2. As receitas, que eventualmente venham a ser obtidas, relativas às atribuições delegadas, constituem receita da Junta de Freguesia.

**Cláusula Sétima**  
**(Forma de Pagamento)**

A transferência da verba referida no número 1 da cláusula anterior, será processada por duodécimos até ao final de cada mês, sendo os meses de janeiro, fevereiro e março de 2014 processados em simultâneo.

**Cláusula Oitava**  
**(Despesas Elegíveis)**

1. Considera-se despesa elegível, a despesa efetivamente paga, perfeitamente identificada e claramente associada à concretização de uma operação, cuja natureza e data de realização respeitem o estipulado no presente contrato.
2. Para efeitos de justificação da aplicação das verbas transferidas, serão consideradas elegíveis as despesas decorrentes da realização das competências delegadas descritas na cláusula quinta.



**Cláusula Nona**  
**(Assistência Técnica)**

Para cumprimento das competências que são delegadas, a Junta de Freguesia poderá solicitar à Câmara Municipal a prestação de assistência técnica sempre que não disponha para efeito dos recursos necessários.

**Cláusula Décima**  
**(Relatórios de Execução)**

1. A Junta de Freguesia compromete-se a enviar quadrimestralmente à Câmara Municipal, relatório completo de execução das correspondentes atividades desenvolvidas.
2. O relatório do 1º quadrimestre deverá ser remetido até 31 de maio, o relatório do 2º quadrimestre até 30 de setembro e o relatório do 3º quadrimestre até 31 janeiro de cada ano.
3. O relatório a apresentar deverá conter as seguintes informações:
  - a) Descrição e identificação das ações desenvolvidas.
  - b) Quantificação dos valores aplicados nas referidas ações.
4. Com a não conformidade dos elementos solicitados no relatório que impeçam uma leitura clara dos objetivos pretendidos com o presente contrato, a Câmara Municipal das Lajes das Flores reserva-se o direito de solicitar informação complementar a fim de colmatar as duvidas suscitadas.
5. A Câmara Municipal das Lajes das Flores reserva-se o direito de sempre e quando achar conveniente solicitar a apresentação dos documentos comprovativos de despesa das referidas ações.

**Cláusula Décima Primeira**  
**(Vigência do Contrato)**

1. O presente contrato vigorará pelo período de duração do mandato do órgão deliberativo do município.
2. A mudança dos titulares dos órgãos contraentes públicos não determina a caducidade de contrato.
3. Os contraentes podem revogar o contrato por mútuo acordo.

*L. C. Martins Maciel*

4. Quando a resolução for da iniciativa da Junta de freguesia esta obriga-se a garantir as obrigações assumidas respeitantes ao período correspondente às verbas transferidas pela Câmara Municipal.
5. A cessação do contrato não pode originar quebra ou descontinuidade da prestação do serviço público.

**Cláusula Décima Segunda**  
**(Resolução por Incumprimento)**

1. Os contraentes públicos podem unilateralmente resolver o contrato por incumprimento da contraparte.
2. São motivos de resolução do contrato o não cumprimento do disposto nas cláusulas quarta, sétima e nona do presente contrato.
3. O contrato pode ainda ser resolvido por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.

**Cláusula Décima Terceira**  
**(Dúvidas e omissões)**

1. As dúvidas resultantes da interpretação ou execução do presente contrato bem como as omissões que se torne necessário suprir, serão resolvidos por entendimento entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia.
2. Em caso de desacordo quanto à interpretação a dar ou à forma de colmatar a omissão, competirá à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, fixar a interpretação ou aprovar cláusula que suprima a lacuna.

**Cláusula Décima Quarta**  
**(Consulta do Contrato)**

Nos termos do disposto no nº 2º do artigo 130º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, o contrato estará disponível para consulta na página do município.

Lajes das Flores, 06 de 06 de 2014

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DAS LAJES DAS FLORES

Luís Carlos Martins Maciel





*Sup  
José Antunes*

O PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DA FAJÃ GRANDE

José Antunes da Costa Serpa

*Yosi Serpa H. Costa Serpa*

302 (cat)

## **CONTRATO INTERADMINISTRATIVO JUNTA DE FREGUESIA DA FAJÃ GRANDE**

### **ESTUDO PARA DEMONSTRAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS PREVISTOS NO N.º 3 DO ARTIGO 115.º DA LEI N.º 75/2013 DE 12 DE SETEMBRO**

Conforme o disposto no n.º 3 do artigo 115.º e no n.º 2 do artigo 122.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, os contraentes públicos, no caso o Município das Lajes das Flores e a Freguesia da Fajã Grande, devem promover os estudos necessários de modo a que a concretização da transferência de competências assegure a demonstração dos seguintes requisitos:

- a) O não aumento da despesa pública global;
- b) O aumento da eficiência da gestão dos recursos pelas autarquias locais;
- c) Os ganhos de eficácia do exercício das competências pelos órgãos das autarquias locais;
- d) A aproximação das decisões aos cidadãos, a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis;
- e) A articulação entre os diversos níveis da administração pública.

Acresce, que de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 135, da supracitada Lei, a concretização da delegação de competências deve ser efectuada no respeito pelos princípios da igualdade e da não discriminação.

Decorrendo ainda, do seu articulado a necessidade dos contratos serem aprovados pelos órgãos deliberativos do Município e da Freguesia, sobre proposta dos respectivos órgãos executivos, o que pressupõe obviamente a necessidade de todo o processo ser objecto de negociações entre o delegante e os delegados.



32. ex.

Neste contexto, foi realizado um processo negocial, com vista a acordar quais, as competências objecto de delegação na Junta de Freguesia, de modo que a garantir o cumprimento de todos os pressupostos e princípios, referidos nos parágrafos anteriores.

Desde processo negocial resultou, ter sido acordado transferir para a Junta de Freguesia da Fajã Grande as seguintes competências:

1. Manutenção da rede de abastecimento de água para uso pecuário;
2. Reparação e manutenção de diversos parques de retenha de animais;
3. Arranjos de capeados das ruas municipais na freguesia.

Quanto à determinação dos recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e suficientes ao exercício das competências delegadas, foi entendido, pelas partes, que de modo a garantir o cumprimento dos requisitos referidos no n.º 3 do artigo 115.º da Lei 75.º/2013, de 12 de Setembro, o Município apenas se deveria efectuar a transferência de recursos financeiros.

Na sequência deste acordo, procedeu-se em seguida, à determinação das verbas a transferir, tendo estas sido obtidas de acordo com a seguinte metodologia:

- a. Considerou - se em primeiro lugar as competências delegadas;
- b. Em seguida as áreas abrangidas, a maior ou menor dificuldade do acesso aos locais de realização dos trabalhos e a complexidade destes;
- c. Depois as necessidades em mão-de-obra e materiais para a sua execução;
- d. Por fim considerou-se os custos hora da mão-de-obra apurados na contabilidade do Município, tendo-se levado em linha de conta o nível remuneratório mais baixo da categoria de assistente operacional, sem contar com o RMMG (retribuição mínima mensal garantida), isto é 532,08 euros.

Assim e considerando que a:

*3 de Jul*

1. Manutenção da rede de abastecimento de água para uso pecuário, apenas precisa de mão-de-obra e que para a sua execução são necessárias em média 6,3 horas semanais;
  2. Reparação e manutenção de diversos parques de retenha de animais, precisa igualmente apenas de mão-de-obra e que para a sua execução são necessárias em média 3,15 horas semanais; e os
  3. Arranjos de capeados das ruas municipais na freguesia, necessitam para além de mão-de-obra (cerca de 2,8 horas semanais em média), de pequenas quantidades de cimento, areia e tinta;
- As verbas a transferir e a respectiva distribuição por competência delegada, são as que constam do quadro que se segue:

**QUADRO**  
**VERBAS A TRANSFERIR POR COMPETÊNCIA DELEGADA**

Competências delegada	custos da mão-de-obra	custos de materiais	verba a transferir
Manutenção da rede de abastecimento de água para uso pecuário	1064,16€	935,84€	2000,00€
Reparação e manutenção de diversos parques de retenha de animais	350,00€	650,00€	1000,00€
Arranjos de capeados das ruas municipais da freguesia	859,60€	140,40€	1000,00€

Acta N.º 3

Aos trinta dias do mês de Abril de dois mil e catorze pelas 20h45 no salão da Casa do Povo da Fajã Grande reuniu-se extraordinariamente a assembleia de Freguesia.

Após a chamada verificou-se a falta do membro: Maria Lúcia Fraga Rodrigues Oliveira.

De seguida passou-se ao período antes da ordem do dia onde não houve nada a apontar.

Passou-se então ao período da tarde.

Ordem do dia sendo aprovado por unanimidade os seguintes documentos:

- Apenso do capítulo 5.º ao regulamento 16/2006; Mapa Orçamental (Receitas e Despesas); Revisões do PPA e Revisões do PPI.

De seguida foram apreciados os seguintes documentos: Contrato Interadministrativo da Junta de Freguesia da Fajã Grande; e Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre a Câmara Municipal e Junta de Freguesia aos quais foram devidamente alterados.



Não havendo mais nenhum assunto  
a tratar encerrou-se a reunião  
quando eram 21h15 e eu primeiro  
secretário da Assembleia a subscrever  
e assinei.

Fazã Grande, 30 de Abril de 2014.

Jeremias Gomes Machado

José António da Silva Teixeira

Luís Paulo Fernandes Costa

Ricardo Oliveira

Valter Filipe

Valter Filipe